TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

DIRETORIA GERAL

PROAD Nº. 6383/2024

DECISÃO TRT7.DG Nº. 423/2024

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso I, da Lei nº. 14.133/2021.

SOLICITANTE: Seção de Biblioteca

CONTRATADA: ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A – CNPJ Nº. 86.781.069 /0001-15.

OBJETO: Aquisição dos serviços de acesso à Plataforma Zênite Fácil, ferramenta eletrônica de orientação jurídica em licitações e contratos administrativos, capacitação, pesquisa e ferramentas de gestão em contratação pública, e do serviço Orientação por Escrito, consultoria jurídica voltada para gestão em contratação pública, em matéria de Licitações e Contrato.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: Valor total de R\$ 30.674,00 (trinta mil, seiscentos e setenta e quatro reais).

Considerando que a contratada apresenta regularidade fiscal e trabalhista, não possui registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, CNJ, TCU, CNEP, bem como no CADIN (docs. 28/29 e 30).

Considerando a informação de adequação/disponibilidade orçamentária, conforme docs. 35 /36;

Considerando o constante no item 5, do Termo de Referência, em que o setor solicitante informa que a presente contratação está prevista no Plano Anual de Contratações (doc.27);

Considerando o Termo de Inexibilidade de Licitação nº 54/2024 (doc. 31);

Considerando a manifestação da Assessoria Jurídica Administrativa, por meio do Parecer TRT7.DG.AJA nº. 525/2024 pela satisfatoriedade e legalidade do Termo de Referência e anexos (doc.27), bem como pela legalidade da contratação por inexigibilidade de licitação, observado o apontado na parte final do item 14, do referido parecer (doc.33);

Considerando, por fim, a delegação de competência à Diretoria Geral, constante do Ato TRT7.GP nº. 58/2021, **APROVO** o Termo de Referência e anexos (doc.27) e **AUTORIZO** a presente contratação direta, por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, para aquisição dos serviços de acesso à Plataforma Zênite Fácil, ferramenta eletrônica de orientação jurídica

em licitações e contratos administrativos, capacitação, pesquisa e ferramentas de gestão em contratação pública, e do serviço Orientação por Escrito, consultoria jurídica voltada para gestão em contratação pública, em matéria de Licitações e Contrato, observado o apontado no item 14, do aludido parecer (doc.33).

Ressalte-se que, nos termos do parágrafo único, do artigo 72, da Lei nº. 14.133/2021, o ato que autoriza a contratação direta deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, devendo, com isso, o ato da contratação direta ser publicado no Sítio Eletrônico deste Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, em observância aos princípios constitucionais da publicidade e da eficiência.

Dispensada a formalização do pacto através de instrumento de contrato, a ser substituído pela Nota de Empenho, nos termos do inciso I do artigo 95 da Lei nº. 14.133/2021.

À Seção de Apoio às Contratações de Bens e Serviços para adoção das providências relativas à publicação da Inexigibilidade em tela.

Empós, à Secretaria de Orçamento e Finanças – NPO para emitir a Nota de Empenho no valor total de R\$ 30.674,00 (trinta mil, seiscentos e setenta e quatro reais), em favor da empresa ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A – CNPJ N°. 86.781.069/0001-15, bem como para publicação da respectiva Nota de Empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Ato contínuo, à Seção de Conformidade de Registro de Gestão para análise da conformista.

Por último, à Seção de Biblioteca para indicar os servidores designados como gestores e fiscais da contratação em tela, bem como juntar declaração dos mesmos, nos termos do disposto no art. 46 da Resolução TRT7 nº. 8/2019, guarda e acompanhamento da contratação.

Fortaleza-CE, 24 de outubro de 2024.

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA
Diretora Geral / Ordenadora de Despesas.